

CORREIO CARIOCA

Divulgação/Câmara do RJ



Projeto foi aprovado em 1ª votação pela Câmara do Rio

Empreendimentos comerciais podem ter isenção da Taxa de Lixo

Empreendimentos comerciais que possuem contrato com empresas especializadas em manuseio, coleta, transporte e destinação final correta do seu lixo extraordinário, como entulhos, móveis e recicláveis, não pagarão a Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo (TCL). A medida foi aprovada pela Câmara Municipal, nesta semana, em 1ª votação. Com autoria do vereador Rafael Aloisio Freitas (PSD), o projeto estabelece que o empreendimento passará a apresentar ao Poder Executivo

a cópia do contrato em vigência com a empresa especializada e reunir os documentos comprobatórios para fiscalização pelo período mínimo de 5 anos. A matéria voltará ao Parlamento em 2ª discussão.

“Propomos que os empreendedores e comerciantes que já têm contrato particular de coleta de lixo não precisem pagar a taxa. Nosso objetivo é garantir essa prerrogativa por lei, para dar mais segurança aos empreendedores cariocas”, disse Rafael Aloisio Freitas.

Hospital entre os melhores do mundo

Uma pesquisa divulgada anualmente pela revista norte-americana “Newsweek” em parceria com a empresa de dados “Statista”, destacou em sua nova lista o Hospital Pró-Cardíaco como um dos melhores do mundo. Localizado em Botafogo, Zona Sul do Rio, o centro médico é referência em cardiolo-

gia, além de ser pioneiro no transplante de coração artificial. Por outro lado, os hospitais da Rede D’Or na Barra da Tijuca, São Cristóvão e Copacabana, que integraram a lista do ano passado, não repetiram o feito. Outros hospitais do Brasil foram citados, como o Albert Einstein e Sírio Libanês, ambos em São Paulo.

Reprodução



Prédio da IBM na Avenida Pasteur

Hospital da Prevent Senior será instalado no antigo prédio da IBM

A Câmara Municipal aprovou, em primeira discussão, o projeto de lei enviado pelo Executivo, que autoriza a empresa Prevent Senior a utilizar o antigo prédio da IBM para a criação de um hospital. O edifício localizado na Avenida Pasteur, em Botafogo, possui cerca de 25,6 mil metros quadrados está fechado desde a

saída da empresa de tecnologia, em 2021. A votação foi encerrada com 29 votos a favor e dez contrários. Em tese, o novo Plano Diretor da cidade não permite a construção de novas unidades de saúde no bairro. Contudo, O PLC 187/2024, de autoria do Prefeito Eduardo Paes, abre uma exceção favorável para a Prevent Senior.

Brecha no Plano Diretor autoriza projeto

A proibição da construção de novas unidades de saúde com internação em Botafogo, prevista no novo Plano Diretor, se justifica pelo objetivo de diminuir o engarrafamento no bairro. Atualmente, motoristas que trafegam em ruas como Mena Barreto e Voluntá-

rios da Pátria sofrem com longos congestionamentos causados pelo fluxo de entrada e saída gerado pelas escolas e hospitais. Para reduzir o problema, o Plano Diretor permite somente a criação de locais de serviço sem internação de pacientes e clínicas veterinárias.

Moradores de Botafogo são contra

Os moradores do bairro parecem não ter gostado da notícia. Anteriormente, quando o projeto foi apresentado à Câmara, a associação de moradores se manifestou contra o tema, alegando que a abertura de uma unidade de grande porte poderia piorar os problemas de mobilidade

e infraestrutura da região. Contudo, o prefeito Eduardo Paes (PSD) garantiu, por meio de suas redes sociais, que as ruas mais congestionadas não sofreriam impacto de uma unidade de saúde instalada na Avenida Pasteur. O projeto estava em tramitação desde o ano passado.

Câmara aprova reajuste na taxa de iluminação pública

Reformulação da Cosip segue para aprovação de Eduardo Paes

Marcos de Paula / Prefeitura do Rio



Mudança na fórmula da Cosip dividiu opiniões no plenário, mas foi aprovada por 36 votos

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou na última terça-feira (9), o projeto de lei que modifica a fórmula aplicada no cálculo da Contribuição de Iluminação Pública (Cosip). Enviada pela prefeitura aos vereadores em agosto de 2024, a proposta foi aprovada por 36 votos a favor e 11 contra, após duas sessões extraordinárias.

A votação contou com o apoio da base governista, formada por Tainá de Paula (PT), Luiz Ramos Filho (PSD), Felipe Michel (PP) e Marcio Santos (PV), que foram exonerados dos cargos de secretários para defender a pauta na Câmara.

Os valores arrecadados pela Cosip são utilizados para custear a iluminação pública da cidade. Mas, em 2023, uma mudança na legislação federal permitiu que a Cosip também fosse utilizada para financiar sistemas de segurança e a preservação de espaços públicos.

Com a decisão da Câmara Municipal, a taxa, antes calculada por faixas de consumo e valores fixos, passará a seguir uma nova fórmula. O modelo prevê uma parcela fixa somada a uma parte variável, ajustada de acordo com o consumo mensal e a bandeira tarifária em vigor.

O projeto recebeu sete emendas. Entre elas, a isenção da taxa para quem consome até 120 kW mensais, alcançando cerca de

100 mil contribuintes. Também foi aprovada redução de 5% para consumo entre 120 kW e 140 kW. Já a faixa de 140 kW a 170 kW permanece sem alteração, enquanto empresas terão teto de cobrança fixado em R\$ 5 mil.

“A Cosip agora não trata mais só de iluminação pública, ela também pode ser usada para monitoramento e para câmeras na cidade. E a gente sabe o quanto esse investimento vai ser importante. A gente precisa equiparar o Rio de Janeiro às grandes capitais do Brasil e não pode perder o nosso poder de continuar investindo e melhorando a iluminação, a nossa rede de moni-

toramento e de câmeras na cidade”, disse o vereador Marcio Ribeiro (PSD) em defesa ao projeto.

Por outro lado, integrantes da oposição afirmam que as mudanças na Cosip podem gerar aumentos expressivos na conta de luz da população.

O vereador Pedro Duarte (Novo) realizou um estudo mostrando que os reajustes da Cosip variam de 40,3% para imóveis residenciais a até 1.270% para empresas. Pequenos comércios que consomem entre 900 e 1.000 kWh/mês veriam a cobrança subir de R\$ 33,93 para R\$ 142 mensais, enquanto empresas maiores,

com consumo entre 4.000 e 5.000 kWh/mês, teriam aumento de R\$ 174 para R\$ 803. Paulo Messina (PL), apontou que o cidadão carioca é quem vai pagar a conta.

“Quem vai pagar é o cidadão carioca. Não existe justiça fiscal aumentando para a Dona Maria. Não está se aumentando o imposto lá para aquele mega cara que está pagando a mesma coisa que o cara de R\$ 2.000, que está pagando 20 mil kW. Não é isso. Está se tirando dinheiro da mesa do bolso do pequeno contribuinte, do cidadão que vive de Bolsa Família”, pontuou o vereador Paulo Messina (PL).

Mudanças na Civil travam Alerj

Dois projetos de Cláudio Castro receberam 493 emendas

Octacílio Barbosa



Deputados iniciaram debates sobre o projeto em caráter de urgência

Nesta quarta-feira (10), a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) iniciou a discussão de dois projetos de lei enviados pelo governador Cláudio Castro (PL) que preveem mudanças na Polícia Civil. As propostas, que já somam 493 emendas, poderão receber novas até quinta-feira (11), conforme decisão do presidente da Casa, Rodrigo Bacellar (União).

Com a presença de diversos policiais no plenário, os deputados discutiram o projeto de reestruturação do quadro permanente da corporação, alvo de

347 emendas, e o projeto complementar, que regulamenta a Lei Orgânica da Polícia Civil, aprovada em 2022. Ambos receberam parecer favorável da Comissão de Constituição e

Justiça (CCJ), que considerou os textos constitucionais.

Entre as medidas do pacote proposto pelo governador, está a criação do cargo de oficial de polícia civil, que unifica funções de

inspetor, oficial de cartório e investigador. Também haverá a junção dos cargos de técnico e auxiliar de necropsia, formando o de técnico de polícia científica. Assim, a corporação passará a ter sete carreiras.

O pacote ainda inclui benefícios como 13º, auxílio-transporte e adicionais, gratificação de 100% para peritos e novas regras de promoção, previstas para abril e setembro, por antiguidade, merecimento, bravura, além da pensão por morte aos familiares. Policiais punidos ou sob investigação não poderão ser promovidos.

Operação “CPF Protegido” já aplicou mais de R\$ 1 milhão em multas

Arquivo/Prefeitura do Rio



Primeira semana da operação autuou 32 estabelecimentos



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
INSTITUTO RIO METRÓPOLE
AVISO

DESPACHO DO PRESIDENTE DE 08/09/2025,
ATINENTE AO PROCESSO SEI-150005/000141/2023,
PUBLICADO NO IOERJ EM 08/09/2025,
PARTE I, PÁG. 3, COL. 3, ID: 2676332

Onde se lê: SEI-150018/000032/2025,

Leia-se: SEI-150005/000141/2023.